

O CONTEXTO DA CRIAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO EPISTEMOLÓGICO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFBA

REGINALDO SOUZA SANTOS¹

EMBORA AS ANÁLISES ECONÔMICA E HISTORIOGRÁFICA insistam em afirmar que o capitalismo só começa a se recuperar das fraturas deixadas pelo tombo da crise de 1929/1933, depois da Segunda Guerra Mundial, estudos mais recentes no campo da administração têm mostrado que a recuperação, de fato, começa a partir de 1934 e as ideias mais contundentes que levaram à recuperação não têm origem nos estudos econômicos, mas, sim, no campo da administração, particularmente da Administração Política, na medida em que foram engendradas novas formas de gestão das relações sociais de produção e distribuição e que fez emergir como o capitalista líder o Estado — uma novidade assustadora para a época e ainda hoje não aceita pela ortodoxia.

Além de ser um momento em que a nova administração política do capitalismo se conforma, é evidente que, depois de 1945, o presente sombrio de um ambiente de guerra foi transformado em expectativas eufóricas em relação ao futuro, já que melhoraram enormemente os índices de crescimento da economia e de distribuição. Concorreram para isso os programas de recuperação de guerra (notadamente o Plano Marshall) e a corrida armamentista motivada pela “guerra fria” entre os blocos capitalista, este liderado pelos EUA, e o socialista, sob a direção da URSS.

Os conflitos marcantes desse período são as guerras da Coreia (1950-1953), do Vietnã (1959-1975) e os movimentos anticolonialistas e

¹ Professor doutor, titular do Departamento de Finanças e Políticas Públicas e diretor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, com mandato até janeiro de 2013.

independentistas (de linha socialista) da China, em 1949, e de Cuba, em 1959, cujo ápice é alcançado com a corrida espacial — e os dois eventos mais espetaculares foram a subida da nave Sputnik, pilotada pelo soviético Yuri Gagarin, em 1959, e a chegada do estadunidense Neil Armstrong à lua, a bordo da espaçonave Apollo 11, no ano de 1969.

Não obstante esses movimentos trazerem, em si, o espectro de uma Terceira Guerra Mundial, eles foram, também, fontes de inspiração para a certeza da superação das dificuldades, das possibilidades que pareciam ilimitadas e da produção de bens e serviços que era dada “quase” como permanente e ininterrupta. Com isso, via-se expandir o produto e a renda e, por consequência, a incorporação de segmentos cada vez mais expressivos da população ao consumo de massa.

Em termos materiais, a humanidade experimentava a sua fase mais auspiciosa; todos cresciam simultânea e substancialmente: os países ricos e pobres, países colônias e os países capitalistas, bem como os países socialistas. Foi a Era de Ouro (anos dourados), conforme denominou o filósofo e historiador maior de nossa época, Eric Hobsbawm.

Entretanto, esses resultados dificilmente seriam alcançados caso o projeto da nova concepção da administração política das relações sociais de produção e distribuição, concebida nos momentos agudos da crise de 1929/1933, não fosse concluído com a estatização das instituições operadoras das relações internacionais, forjadas nas conferências de Bretton Woods, entre 1944 e 1946: a Organização das Nações Unidas — ONU; o Fundo Monetário Internacional — FMI; o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — Bird; o Acordo Geral de Tarifas e Comércio — Gatt; e o Plano Marshall. Com o mesmo propósito, a esses organismos se juntam alguns já existentes, a exemplo da Organização Internacional do Trabalho — OIT, criada em 1921; o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, em 1956; o Banco Africano de Desenvolvimento — BAD, em 1964; o Banco Asiático de Desenvolvimento — BAD, em 1966; entre outras.

E no Brasil, qual era a nossa direção? Éramos integrados a esse movimento ou subordinados aos caprichos da divisão internacional do trabalho, imposta ao resto do mundo pela Inglaterra, desde o limiar do século XIX? Embora não registrado adequadamente pelas análises administrativas e econômicas, o fato é que, apesar de não ser pioneiro nos termos da economia, o Brasil torna-se, juntamente com a Europa, pioneiro em criar

alternativa ao modelo de gestão das relações sociais de produção e distribuição; modelo este ancorado sempre no *laissez-faire* utilitarista — criado em meados do século XVIII, aperfeiçoado no século XIX e vigente até a crise de 1929/1933.

A Revolução de 1930 possibilitou transformar em ação de governo o ideário modernista (emergido na década de 1920) e edificar o Estado Nacional, cuja tarefa maior foi a de promover reformas nos aparelhos e estruturas, assim como fazê-lo (o Estado) assumir a liderança na montagem do capitalismo industrial brasileiro — indústria de base, anos 1940; o Plano de Metas, anos 1950; e a estruturação de um moderno sistema de financiamento, anos 1960. Era o Brasil Industrializado, embalado pela valsa dos anos dourados.

Tais transformações que estavam ocorrendo no mundo e no Brasil, também, refletiram no estado da Bahia. Nascia, nesse momento, a indústria petrolífera, com a prospecção de óleo na região de Lobato — subúrbio de Salvador —, e a implantação da Refinaria Landulfo Alves de Mataripe — Relam, em 1957, além de ações do governo estadual para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas no estado: a criação da Comissão de Planejamento Econômico — CPE (1956), do Fundagro — Fundo Agropecuário da Bahia (que, em 1964, se transformaria no Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia — Desenbanco), o Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia — Plandeb, o Centro Industrial de Aratu — CIA, etc. No campo das artes e da cultura, a Bahia, também, se movimentava no sentido da transformação. No final dos anos 1950, já se ouviam os primeiros acordes da bossa-nova de João Gilberto, da tropicália de Gilberto Gil e Caetano Veloso, do rock'in roll de Raul Seixas e as luzes do calidoscópio do cinema-novo de Gláuber Rocha. As possibilidades de mudanças estavam dadas. Estávamos preparados?

Para dar sustentação a essas transformações produtivas, era necessário possuir um sistema educacional fincado em bases técnicas e humanistas.²

² Pensado um projeto nacional mais autônomo, esse sistema educacional deveria estar estruturado no desenvolvimento das pesquisas básicas (as ciências físicas, matemáticas, filosóficas, etc.) e, sobretudo, dos estudos humanísticos — para dar sentido civilizatório às relações entre ciência e sociedade —, além, como seria óbvio, de estudos sociais aplicados — administração, economia, direito —, responsáveis pela gestão e gerência (melhoria da produtividade) do avanço das forças produtivas. Infelizmente esta proposta não foi idealizada e executada; mal conseguimos formar uma mão de obra técnica operadora do sistema produtivo. O imediatismo pelos resultados no presente destruiu as possibilidades de uma sociedade mais autônoma no futuro. Hoje, sentimos o elevado custo desse erro.

É nesse momento que se verifica a expansão das escolas técnicas (industriais, construção civil e agrônomas) e as principais universidades brasileiras dos dias de hoje: a Universidade do Brasil, em 1922 (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ), a Universidade de São Paulo (USP, em 1936) e Universidade Federal da Bahia (UFBA, em 1946), dentre outras.

A emergência da UFBA, em 1946, não só era reflexo desse movimento nacional de articulação entre o sistema produtivo e o educacional, como era, sobretudo, uma necessidade que decorreria do papel que tinha a Bahia na divisão interna do trabalho social.

II

A partir dessas transformações ocorridas na base produtiva, requeria-se, portanto, um saber técnico mais especializado para fazer aquilo que se pode chamar de “administração da produção” das novas relações econômicas e sociais que se formavam na Bahia. Cria-se, então, a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 1959, no dia 14 de setembro.

Por força de dispositivos constitucionais e do estatuto e do regimento interno, a nova Escola nasce com a obrigatoriedade de fazer, a um só tempo, o ensino, a pesquisa e a extensão, além de manter a indissociabilidade entre essas tarefas. Sabemos que, no início das atividades, além de não ser possível fazer as três atividades prescritas nos instrumentos normativos, muito menos era possível manter a indissociabilidade entre elas: prevalece soberana e precariamente a atividade de ensino. Naqueles tempos, então, os professores trabalhavam em regime de tempo parcial (mesmo os que exerciam cargos de coordenação e direção), portanto, sem tempo e condições de trabalho possíveis para a pesquisa, ao passo que a extensão era exercida como atividade principal e, em muitos casos, formalizada em um contrato de trabalho em regime de quarenta horas semanais.

Nesse sentido, o nosso propósito com este texto é analisar criticamente a evolução daquilo que podemos chamar de *epistemologia institucional* da Escola de Administração da Universidade Federal, nos últimos cinquenta anos. Apesar de consagrada no Estatuto e no Regimento Interno das universidades e, até mesmo, na Constituição Federal, promulgada em 1988, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não é assim compreendida pela maioria dos que trabalham no sistema universitário brasileiro e, muito menos, é o que ocorre e se estabelece na prática.

Em uma sociedade periférica, tal situação se manifesta de forma mais problemática ainda, tendo em vista o fato de todo o projeto pedagógico ser uma concepção externa, portanto, subordinado aos interesses forâneos. Assim, os movimentos da produção do conhecimento (por meio do desenvolvimento da pesquisa) e a sua transmissão (mediante a prática do ensino e da extensão) nem foram desenvolvidos em simultâneos (portanto, indissociáveis) nem, muito menos, foram de forma autônoma.

Sendo assim, considerando que o curso de Administração surge pela emergência da necessidade de quadros profissionais requeridos pelas burocracias públicas e administração privada e que toda a concepção dos componentes curriculares nos era fornecida pela escola estadunidense (por meio do Convênio de Cooperação Técnica entre a International Cooperation Administration, também conhecida como Ponto IV), é óbvio deduzir que o campo do ensino sobrepujaria aos demais, notadamente o da pesquisa.³

O que se desenvolvia paralelamente à atividade de ensino era a extensão universitária, mesmo assim, muito calcada nas atividades de treinamento; o lado técnico tem um desenvolvimento mais sistemático, a partir de 1966, com as reformas do setor público do estado da Bahia e de outros estados e prefeituras do Nordeste brasileiro.⁴

Essa ênfase forte no ensino e, residualmente, na extensão pode ter razões preponderantes, a saber: a primeira, por conferir *status* diferenciado ao portador de diploma de bacharel em Administração Pública ou de

³ Considerando que o nosso sistema universitário era noviço, posto que só começa a se formar no segundo decênio do século passado, com a fundação da Universidade do Brasil, em 1920, depois transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1965, e a Universidade de São Paulo — USP, em 1934, ou, ainda, com as escolas e institutos superiores isolados, criados a partir do início e ao longo do século XIX, não havia a tradição de pesquisa. Boa parte da nossa produção técnica, artística e literária advinha de pessoas que estavam fora das instituições de ensino superior, existentes à época. Mais raras ainda eram as evidências no campo das consideradas ciências sociais aplicadas — a Administração, a Contabilidade, o Direito e a Economia; mal sabíamos da existência desses campos disciplinares.

⁴ Em 1974, ano em que o Instituto de Estudos Interdisciplinares — ISP ganha *status* de Órgão Suplementar e passa a subordinar-se ao Gabinete do Reitor, a Escola de Administração perde a sua trajetória extensionista. Consegue recuperá-la, paulatinamente, com a criação do Centro Tecnológico em Administração — Cetead e, sobretudo, depois de 1993, com a criação do Núcleo de Extensão em Administração — NEA e, em 1999, com a criação da Fundação Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia — FEA. A partir de 2009, o NEA se reestrutura, centraliza todas as atividades de extensão da EAUFBA e passa a funcionar de acordo com decisões colegiadas, à semelhança das demais estruturas da UFBA — vale dizer que o NEA, na qualidade de órgão vinculado a uma unidade de ensino, é pioneiro dentro da UFBA. Ressalte-se que depois da Resolução n.º 2 do Conselho Universitário, de 29 de fevereiro de 2008, o ISP perdeu *status* de Órgão Suplementar e se transforma em Órgão Complementar, agora subordinado ao recém-criado Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia.

Administração de Empresas — enquanto sustentou essa exclusividade, a elite baiana cultuou o privilégio com galhardia; a segunda, por uma demanda de mercado acima da capacidade que tinha a Escola de diplomar novos bacharéis, o que proporcionava ganhos que não permitiam aos jovens diplomados pensar em outra alternativa; a terceira, por não dispor de uma estrutura de financiamento ou um regime de trabalho associado à pesquisa — o professor, mesmo o de regime de quarenta horas, atraído pelas altas remunerações, preferia fazer um novo contrato de trabalho, em regime de quarenta horas, com o setor público ou privado, ou, ainda, dedicar o seu tempo livre da sala aula às atividades técnicas de consultoria.⁵

Faltando as condições para o desenvolvimento da pesquisa, a Escola, nas primeiras duas décadas, concentra esforços no ensino de graduação. Até mesmo a extensão, que se estrutura nos anos 1960, perde espaço na década de 1970, seja pela saída das principais lideranças do campo docente, seja pela extinção do Iade (Instituto de Administração de Empresas da Escola de Administração) e, ou, pela desvinculação do ISP pela Escola.

Sem as condições para a produção de um conhecimento sobre a nova sociedade, iam ficando esvaídas as possibilidades de a Escola continuar exercendo o papel estratégico de agente de mudança. Para agravar essa situação, observa-se que tanto as bases curriculares e bibliográficas das atividades de ensino, quanto a linha teórica e metodológica das atividades técnicas de extensão e da pouca pesquisa que se fazia recebiam influências forâneas muito fortes — particularmente da escola estadunidense.

Perdendo capacidade explicativa de uma realidade que se transformava com certa rapidez, a Escola perde, também, o *status* no *ranking* das principais escolas de Administração do Brasil. Talvez, esses fatores nos ajudem compreender melhor a razão que levou a EAUFBA a perder a oportunidade de ter o mestrado em favor da Faculdade de Ciências Econômicas. Resumindo: a década de 1970 foi, sem dúvida, a mais crítica vivida pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Com a dispersão das principais lideranças docentes, o ensino de graduação em Administração deixando de ser uma prerrogativa da UFBA e com o afastamento da Escola em relação às suas congêneres do Sudeste — sobretudo em relação ao desenvolvimento da pesquisa e à estruturação de

⁵ O clima das condições de trabalho era tão “hostil” à atividade de pesquisa que só na década de 1980 a Escola conheceu o seu primeiro professor em Dedicção Exclusiva (DE).

programas de ensino de pós-graduação (mestrado e doutorado), a EAU/UFBA ficava diante de duas alternativas possíveis: *a*) desenvolver a pesquisa e estruturar o ensino pós-graduado, ou *b*) assumir a condição de uma escola de terceiro grau situada numa região periférica.

Com a chegada de uma nova geração de jovens professores formados na Escola — alguns com o título de mestre —, sob a liderança de um único PhD integrante do seu quadro docente, professor Fabrício Vasconcelos Soares, em 1980/1981, a EAU/UFBA elabora um projeto de mestrado, cujo início dar-se-á em março de 1983. A simples criação do mestrado deu a motivação necessária para que vários profissionais, portadores do título de doutor, e que estavam dispersos na burocracia pública e privada do estado da Bahia, passassem a integrar o quadro docente da Escola.

Não obstante e apesar de um início claudicante em relação aos propósitos de um programa de pós *stricto sensu* na área da administração, localizado na região Nordeste, logo foi possível a agregação de interesses, formação de grupos e a definição de projetos de linhas e de áreas de pesquisa que, ao longo dos últimos vinte anos, se consolidaram e, hoje, dão certa caracterização, nesse campo, à Escola de Administração da UFBA. Assim, decorridos dez anos da criação do mestrado e a maior clareza das áreas de concentração e das linhas de pesquisa, a Escola se sentiu, pois, intelectual e politicamente capaz para fundar o curso de doutorado, e, com isso, integrar e consolidar o ensino de administração no Nordeste brasileiro.

Nesse ponto, com a integralização dos programas de ensino em Administração e com melhor estruturação/sistematização da pesquisa e das atividades de extensão, pergunta-se — qual vem sendo o direcionamento (foco) da pesquisa e o grau de autonomia teórica e metodológica em relação aos cânones forâneos? E com relação à apregoada indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão — andam juntos ou há hierarquia entre eles?

Com relação ao primeiro questionamento, pode-se dizer que os trabalhos monográficos, dissertativos e de tese, bem como os de investigação sob responsabilidade direta dos professores, não fogem à regra geral do que se vem produzindo em administração no mundo inteiro, desde sempre; isto é, trabalhos voltados para identificar e, ou, propor instrumentos operativos das melhores condições de gestão (menos) e de gerência (sobretudo). Portanto, o trabalho investigativo dentro da Escola de Administração tem tido, até aqui, forte ênfase no lado mais aplicado, do lado da administração profissional; poucos são os trabalhos dedicados ao campo

mais especulativo. Assim, constata-se que a nossa realidade, apesar de muito estudada, porém é muito pouco compreendida.

Em se tratando de uma universidade que se situa na periferia de um país também periférico, esta constatação pode não ser de todo ruim, no curto e no médio prazo, porquanto precisamos impulsionar o nosso desenvolvimento em bases técnicas mais eficientes. Porém, no longo prazo, a ampliação dessas bases técnicas vão requerer desenvolvimentos teóricos mais aprofundados. Como quase não desenvolvemos estudos teóricos, então os nossos avanços técnicos estão comprometidos no futuro, a menos que se faça a opção pela continuação do ato de importar as teorias e as metodologias usadas nos trabalhos de investigação e no desenvolvimento de bases técnicas, deixando de lado, portanto, o projeto de construção de uma Escola de Administração dedicada prioritariamente à pesquisa.

Ademais, este fato vem obstruindo o ciclo epistemológico da produção e transmissão de saberes em instituições acadêmicas de sociedades em desenvolvimento, cujo processo se faz em três fases não simultâneas: a fase I é aquela em que predomina o ensino, cujo conhecimento transmitido é todo importado; na fase II há alguma produção de conhecimento autóctone, porém, as teorias e as metodologias que orientam os trabalhos de investigação continuam sendo importadas; e a fase III é aquela em que se verifica algum grau de autonomia na produção de conhecimento sobre a realidade nacional, ou seja, a produção de um conhecimento com teorias e metodologias próprias.

A EAUFBA, avaliamos, está num momento transitivo da fase II para a fase III. Percebemos que se está construindo um movimento intelectual dentro da Escola que busca a autonomia de pensar, de um pensar sobre os graves problemas de nossa realidade — única maneira de se construir propósitos consentâneos com os verdadeiros interesses da fração desmaterializada do povo brasileiro. Esse mesmo movimento, também, põe em xeque o salamaleque do *mainstream* acadêmico brasileiro quando defende e pratica que uma “boa” academia tem apenas a responsabilidade de observar, expor, explicar (fazer ciência), ao passo que a responsabilidade de orientar, propor (o lado normativo) deve ficar a cargo da política. Nada mais pobre e obtuso para uma academia sem autonomia do pensar. Qualquer conhecimento só poderá ser verdadeiro e ter algum sentido para a humanidade se ele for integral: se o lado puro de observar, expor e explicar estiver no mesmo plano (do) e integrado ao normativo de propor, de

orientar. Pensamos ser este um passo extraordinário para uma região periférica de uma periferia continental.

Quanto à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, chegamos à conclusão que é uma situação que não se impõe pelo desejo e sim pela lógica empírica dos acontecimentos. E essa lógica diz que, em situação de desvantagem comparativa, a indissociabilidade não existe. No estágio inicial, a pesquisa não existe, prevalecendo de maneira soberana o ensino, com a extensão tendo papel subsidiário. Porém, para espanto de muitos, se a pesquisa avança é evidente que as suas atividades vão elevando seu *status* e, assim, tomando o lugar anteriormente pertencente à atividade de ensino. Só num estágio avançado da pesquisa é que podemos vislumbrar a possibilidade de um ensino de melhor qualidade e um apoio técnico mais refinado para melhorar as condições de gestão e de gerência das relações sociais de produção, realização e distribuição.

Só em tais condições pode haver indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mesmo assim uma indissociabilidade hierarquizada, na qual a pesquisa tem o poder de condicionar o movimento e o ritmo do ensino e da extensão. Fora disso, qualquer outra possibilidade não passa de mera idealização — uma abstração, enfim.

III

Para finalizar estas notas, não poderia deixar de dizer algo sobre o nosso futuro.

De um lado, prevejo que para se consolidar na fase III [estabelecer autonomia na construção teórica e metodológica], a Escola precisa, de agora por diante, de maior esforço intelectual e, sobretudo, político e ideológico; afinal, esse processo implica rupturas de paradigmas fortemente estabelecidos. Não se deve esquecer que a geração que está liderando esse movimento, se muito, tem pela frente mais duas décadas de vida intelectual ativa. É preciso, portanto, que a geração substituta, e que se responsabilizará por levar adiante esse trabalho, já esteja sendo formada. É aí que reside a responsabilidade dos docentes atuais. É assim que se forma, é assim que devemos sentir a essência acadêmica (epistemológica) de uma escola, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia — a nossa EAUFBA!

De outro lado, sinto que, em alguns momentos, ficamos incrédulos quanto à possibilidade de se construir um projeto institucional de modo que compense adequadamente as aspirações individualizadas; se ainda não

nos achamos devidamente gratificados, digo que esse desiderato é uma possibilidade que se avizinha, porquanto, nos dias presentes, a Escola já me parece maior do que cada um de nós pode representar em conjunto e, no futuro próximo, ela [a possibilidade de compensação] pode estar ao alcance de nossas mãos.

Que a geração que nos substitui possa consolidar o nosso futuro, aqui antevisto, e comemorar o seu centenário com muito mais brilho e orgulho!!!

Referências

- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX — 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SANTOS, Reginaldo Souza. *A economia política contemporânea e o pouco que sabemos*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa — UTL/Instituto Superior de Economia e Gestão — ISEG, 1998 (mimeo.).
- . Memórias de um professor de administração: lições de uma breve gestão universitária. *Organizações & Sociedade*, vol. 6, n.º 15, maio-agosto de 1999.

Resumo

Este ensaio trata de interpretar a epistemologia do conhecimento produzido pela Escola de Administração na trajetória de seus cinquenta anos de existência, tomando como objeto de consideração a indissociabilidade entre a atividade de ensino, de pesquisa e de extensão. A conclusão a que se chega é que essa é uma situação que não se impõe pelo desejo e sim pela lógica empírica dos acontecimentos. E essa lógica diz que, em situação de desvantagem comparativa, a indissociabilidade não existe. No estágio inicial, a pesquisa não existe, prevalecendo de maneira soberana o ensino, com a extensão tendo papel subsidiário. Só num estágio avançado da pesquisa é que podemos vislumbrar a possibilidade de indissociabilidade, mesmo assim de forma hierarquizada, na qual a pesquisa tem o poder de condicionar o movimento e o ritmo do ensino e da extensão.

Palavras-chave: Epistemologia; Escola de Administração da UFBA.

Abstract

This essay is about interpreting the epistemology of the knowledge produced by the Escola de Administração in the trajectory of its 50 years of existence, taking as object of consideration the inseparability between the activity of teaching, of research and extension. The conclusion that approaches is that this is a situation not imposed by the one's wish but by the empirical logic of the events. And this logic says that, in situation of comparative disadvantage, the inseparability does not exist. In initial stages, the research does not exist, prevailing the teaching in a sovereign way, with the extension having a subsidiary paper. It is only in an advanced state of research that we can glimpse the possibility of inseparability, even so in a hierarchy form, in which the research has the strength to stipulate the movement and the pace of the teaching and the extension.

Keywords: Epistemology; Escola de Administração da UFBA